

Mais uma vítima do Cruzado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O pivô de irrigação inaugurado ontem com a presença do presidente Sarney na Fazenda da Onça não está pago. Seus proprietários estão inadimplentes com o Banco do Brasil e querem a anistia creditícia. Mais ainda, entraram com processo na Justiça para pagar apenas 10% de juros ao ano, sem correção monetária, como alegam que está claro no contrato firmado na época do Plano Cruzado.

Se o presidente já sabia disso, nenhum dos seus assessores explicou. Mas ele não deixou por menos. Antes de sair da Fazenda da Onça, provocado pelos jornalistas, disse que o governo não pode anistiar os devedores, porque o dinheiro que ele administra é do povo. "Nós não podemos dar aquilo que não é nosso nem escolher a quem devemos dar", argumentou. Incentivos, garantiu, o governo já dá, abrindo estradas, colocando energia elétrica, oferecendo financiamento. "O que o governo não pode é doar", frisou, depois de afirmar que problemas bancários todo mundo pode ter.

Os problemas bancários da Fa-

zenda da Onça, segundo um de seus proprietários, Eduardo Ferlin, já estão em Cz\$ 56,5 milhões, se eles tiverem de pagar a dívida com os juros e a correção monetária impostos pela nova regra, mas houve época em que ele recebeu proposta do Banco do Brasil para pagar Cz\$ 10,95 milhões pela dívida, que começou, na época do Plano Cruzado, com Cz\$ 4,68 milhões, em setembro de 1986. Isso aconteceu em março deste ano: Ferlin não aceitou, e, na última audiência na Justiça, no dia 21 de junho, o seu débito já chegava a Cz\$ 56,5 milhões. Ele disse que está pagando em Juízo as parcelas que corresponderiam ao contratado na época da compra do equipamento.

São três conjuntos de pivô central, que irrigam 251 hectares da propriedade (3.131 hectares, dos quais 1.200 cultivados). Antes de o presidente chegar, o produtor disse que talvez falasse com ele sobre o assunto, mas depois que Sarney se retirou Ferlin preferiu fugir da imprensa. Já havia explicado, contudo, que a visita do presidente à sua propriedade fora acertada pelo prefeito de Luizlândia, Orlando Roriz, que é seu amigo e amigo pessoal de Sarney.

Líderes avaliam idéia de Lins sobre anistia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Lideranças de vários partidos começaram a avaliar a proposta do deputado José Lins (PFL-CE), que poderá ser a saída para o impasse entre governo e parlamentares na questão da anistia a empresários e produtores rurais. A idéia de Lins amplia um pouco mais a do deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA): enquanto este sugeriu dividir a emenda do perdão à correção monetária em dois, o outro propôs dividi-la em três e encontrou maior receptividade dos líderes partidários. As fusões que seriam colocadas em votação são: a primeira elimina a correção monetária sobre a dívida dos microempresários e pequenos produtores rurais; a segunda beneficia os médios produtores e os pequenos empresários; a terceira, a ser votada caso o plenário rejeite a segunda opção, prevê a cobrança de apenas 50% da correção monetária aos médios produtores e pequenos empresários. A proposta de José Lins parte do princípio de que a primeira opção tem aprovação garantida.

Quem quiser beneficiar apenas os pequenos produtores rurais e os microempresários poderá votar contra as outras fusões de emendas. Isso dá possibilidade maior de escolha aos constituintes. Animado com o surgimento da nova sugestão, o governo até admite ampliar o teto de negociação para quitar os débitos, de Cz\$ 133 bilhões para Cz\$ 300 bilhões.

A sugestão do deputado cearense agradou, não só ao governo, mas

também aos autores das emendas que originaram toda a polêmica — Ziza Valadares (sem partido-MG), Humberto Souto (PFL-MG) e o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE). A negociação com o ministro da Fazenda, Maílson de Nóbrega, para aumentar o teto de quitação da dívida foi feita quinta-feira pelos deputados Samir Achoa (PMDB-SP) e Gilson Machado (PFL-PE).

A fórmula encontrada por José Lins só será permitida regimentalmente com a aprovação das lideranças, porque qualquer inovação em fusões de emendas depende da assinatura de todos os partidos.

Os autores das emendas iniciais só passaram a procurar novos caminhos que não o da primeira fusão quando o governo lançou um contra-ataque e obteve adesão imediata da maior parte da esquerda, inclusive o PT e o PCB. Preocupados com a rápida adoção da nova tese — o governo argumentava com a impossibilidade de arcar com o prejuízo da anistia à dívida —, Mansueto de Lavor, Humberto Souto e Ziza Valadares, se mostraram mais receptivos a inovações em suas emendas.

Na segunda-feira haverá reunião de lideranças para finalmente tentar chegar ao consenso. Se não houver acordo, cada um sairá para o seu lado: o governo tentará aprovar sua proposta de anistia limitada, através das emendas de Denisar Arneiro (PMDB-RJ) e Nyder Barbosa (PMDB-ES), fundidas; os autores das emendas que criaram toda a polêmica voltarão à sua idéia original.